

Partidos políticos enquanto objetos de estudo: um balanço crítico de sua trajetória e das abordagens predominantes

Political parties as objects of study: a critical assessment of its history and the prevailing approaches

Marcio Lauria Monteiro*

Resumo

O presente artigo apresenta um balanço crítico da trajetória dos partidos políticos enquanto objetos de estudo, com ênfase nos partidos de orientação proletária – da forma como eram abordados quando do surgimento da chamada “história do movimento operário” (século XIX), passando por sua saída de cena quando da transformação desta em “História do Trabalho” (décadas de 1960-70), até a forma como são hoje predominantemente abordados pela “Nova História Política”. Em relação a esta última, é realizada uma análise mais minuciosa, que destrincha seus pressupostos teóricos (marcados pelo paradigma culturalista) e seus problemas analíticos (derivados da sua apologia e sua naturalização do capitalismo).

Palavras-chave: Partidos políticos; História do Trabalho; Nova História Política.

Abstract

This article presents a critical assessment of the trajectory of the political parties as objects of study, with emphasis on proletarian-oriented parties – the way they were addressed when the emergence of the “labor movement history” (XIX century), through its shadowing when that one was transformed into “Labor History” (decades of 1960-70), to the way they are, nowadays, predominantly addressed by the “New Political History”. Regarding the latter, a more detailed analysis is presented, which goes into its theoretical orientation (marked by the culturalist paradigm) and its analytical problems (derived from its apology and naturalization of capitalism).

Keywords: *Political parties; Labor History; New Political History.*

* Mestre e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Agradeço à Prof.^a Dr.^a Virgínia Fontes e ao Prof. Dr. Carlos Zacarias de Sena Jr. pelas críticas e sugestões em relação a versões prévias dessas reflexões, e à equipe da revista pela revisão atenciosa. Endereço eletrônico: marciolmonteiro@gmail.com / <<https://uff.academia.edu/MarcioLauriaMonteiro>>.

[...] é a partir do modo de escrever a história de um partido que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser.

Antonio Gramsci

Introdução

Atualmente, quem deseja abordar um partido político enquanto objeto de estudo, em particular aqueles de orientação proletária e/ou antissistêmica, enfrenta um sério problema: a ausência tanto de reflexões teórico-metodológicas críticas que possam orientar a pesquisa, quanto de um amplo reconhecimento da validade e necessidade desse tipo de estudo, especialmente no campo da História. Mas nem sempre foi assim.

Por volta do final do século XIX, alguns dos agrupamentos de tipo partidário que se reivindicavam portadores dos interesses da classe proletária (especialmente a social-democracia, de orientação marxista) angariaram considerável influência de massas em partes da Europa, tornando-se assim um fator inegável na vida política dos respectivos países onde atuavam. De forma concomitante com essa escalada, começou-se a produzir narrativas históricas que dessem conta de apresentar as origens, propostas, conquistas e lideranças dessas organizações.

Tais narrativas dividiam-se, de um lado, entre aquelas que atendiam ao objetivo de introduzir tais organizações e suas tradições às novas gerações de militantes e, de outro, aquelas que visavam melhor conhecer aquilo que se considerava como um adversário ou mesmo inimigo a ser combatido. O mesmo ocorreu com formações políticas proletárias mais abrangentes, como os sindicatos e organizações de tipo mutuário, que também viveram ao longo do século XIX uma forte expansão e fortalecimento e que em grande parte constituíram o terreno no qual vieram a florescer as organizações partidárias.

Daí se originou aquilo que passou a ser chamado de “história do movimento operário”. Inicialmente, essa história das organizações políticas da classe proletária, fossem sindicatos ou agrupamentos de tipo partidário, foi por muito tempo desenvolvida predominantemente por militantes e por fora do meio universitário. Tal quadro só foi alterado significativamente a partir da segunda metade do século XX, quando vários fatores fizeram com que ela passasse a ter mais espaço dentro das universidades, levando, assim, tanto à “profissionalização” dessa história, quanto a uma profunda mudança em termos de métodos, de problemáticas e mesmo de objetos por ela abordados.

Em grande parte, tais alterações foram reflexo de diversas mudanças interconectadas ao âmbito da conjuntura política mundial, que afetaram não só os próprios partidos e organizações classistas, mas também os referenciais episte-

mológicos que informavam a atuação dos historiadores profissionais. Os dois grandes momentos de inflexão que afetaram tanto objeto quanto historiografia foram as décadas de 1950-60, profundamente marcadas por um espírito revolucionário anticapitalista, e as décadas de 1980-90, marcadas, por sua vez, pelo triunfo momentâneo da reação conservadora a esse espírito.

Assim, ao longo do século XX, o que era a história do movimento operário, quase que exclusivamente produzida pelos próprios militantes (à exceção das narrativas feitas por seus adversários declarados), adentrou cada vez mais o meio universitário, expandiu-se através da produção de historiadores profissionais (que não necessariamente possuíam vínculos diretos com seu objeto de estudo) e se transformou consideravelmente. Nas décadas de 1960-70, esse processo culminou na criação daquilo que se convencionou chamar “História do Trabalho” – isto é, não apenas uma história do movimento operário e suas organizações formais, mas da classe trabalhadora como um todo, incluindo aí suas parcelas não organizadas politicamente.

Por sua vez, essa área de estudos renovada e profundamente transformada, logo cedo, enfrentou uma grande crise nas décadas seguintes, frente às derrotas e desarticulações sofridas pelos movimentos classistas, as quais colocaram em xeque a relevância destes enquanto objetos de estudo. E, por fim, reergueu-se posteriormente sob diferentes propostas, já na virada do presente século, como, por exemplo, a de uma “História Global do Trabalho”.

Ao mesmo tempo, no decorrer desse processo de transformação-crise-recuperação da história do movimento operário e da História do Trabalho, o estudo dos partidos de orientação proletária e/ou antissistêmica, antes um dos objetos centrais daquela área, foi sendo marginalizado e cada vez mais apropriado por outro nicho de estudos acadêmicos – o da chamada *Nova História Política*, surgida na França em meados da década de 1970, a partir de nomes como René Rémond, Jacques Julliard, Jean-François Sirinelli e Serge Berstein. Estes, frequentemente, apresentam uma posição hostil ao classismo proletário, ao marxismo e a projetos antissistêmicos em geral, realizando, através de seus estudos, hoje bastante influentes, apologias abertas ou veladas da ordem capitalista.

Ao longo das próximas seções serão apresentadas tanto uma síntese desse percurso dos partidos políticos enquanto objetos de estudo, analisando-se de forma mais detida a maneira predominante como os mesmos vêm sendo estudados atualmente pelos adeptos da *Nova História Política*, quanto uma problematização, desde um ponto de vista marxista, do caráter apologético e dos pressupostos teóricos e metodológicos da mesma. Com isso, espera-se contribuir para uma reflexão crítica acerca do atual quadro, a qual deve ser complementada, em outra ocasião, com proposições teórico-metodológicas alternativas melhor sistematizadas.

Da história do movimento operário aos altos e baixos da História do Trabalho

Não foi fato fortuito que a escrita da história dos partidos de orientação proletária tenha sido iniciada, e por longo tempo realizada, predominantemente pelos seus próprios protagonistas. Conforme ressalta o historiador Georges Haupt (1985, p. 213), “nenhum movimento social experimenta uma tal ligação com sua própria história nem sente tanto a necessidade, e o imperativo mesmo de ligar o passado ao presente, quanto o movimento operário” – principalmente entre aqueles, como os marxistas, que consideram que o proletariado possui uma “missão história” a desempenhar, o que torna imperativo a existência de uma **consciência acerca de seu passado**.

Todavia, se, por um lado, as primeiras iniciativas de narrativas históricas acerca dos partidos da classe trabalhadora cumpriram importante papel pioneiro, ao abordar um objeto em grande parte negligenciado pela história “profissional” da época, por outro, o **caráter militante** de tais narrativas imprimiram nelas uma série de características peculiares. E, não raro, estas peculiaridades assumiram uma forma prejudicial para o frequente objetivo de armar politicamente novas gerações de militantes.

Uma das características mais marcantes dessa historiografia, que se convencionou chamar de “tradicional”, era seu **caráter frequentemente legitimador**. Conforme aponta Eric Hobsbawm (2000, p. 18), esta era marcada pela tendência dos autores a produzir uma “história oficial”, buscando legitimar a existência e o conjunto de posições de determinado partido ou organização de forma a apontá-lo como o verdadeiro representante das causas proletárias. Em um balanço da historiografia brasileira, o historiador Cláudio Batalha (2001, p. 147) também identifica uma primeira história, a qual nomeia de “militante”, e que ele aponta possuir uma função legitimadora, sendo, por isso, marcada por um **“estilo hagiográfico”**, isto é, por um caráter laudatório semelhante à história dos santos escrita pela Igreja Católica – característica facilmente encontradas também na produção europeia inicial.

Para **Hobsbawm** (2000, p. 15), isso derivaria da dupla posição desses indivíduos, a um só tempo historiadores e militantes, os quais “situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo”. Assim, estes frequentemente se viam em uma encruzilhada quando se tratava de relatar aspectos do passado das organizações com as quais se identificavam e que poderiam ser; de alguma forma, danosos à imagem das mesmas. Se esse apontamento de Hobsbawm não deixa de conter verdades, ele, todavia, exala certo positivismo (a ideia da **“contaminação” pelo engajamento**), que se faz bastante presente na percepção dos fundadores da História do Trabalho em relação à “tradicional” história do movimento operário, conforme se verá adiante.

Nomeando de “utilitarista” a historiografia produzida quando se opta por

esconder tais aspectos possivelmente negativos e relatar apenas aquilo que ajuda a enaltecer o grupo estudado, Haupt (1985, p. 215) aponta que esta acabava por assumir uma função de “legitimação”, transformada em “instrumento da justificação, da autojustificação”. Nesse sentido, critica tal historiografia argumentando que “ela consiste em **forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais** que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação”.

Esse *modelo justificador* (ou legitimador) de narrativa histórica, indica Haupt (pp. 217-219), tomou conta das narrativas produzidas pelos partidos social-democratas da II Internacional, que estabeleciam um controle institucional sobre muitas das fontes da história operária e produziam, assim, uma narrativa “oficial” tanto da sua existência, quanto do movimento operário como um todo, uma vez que se julgava o representante legítimo deste. Tal narrativa **excluía aspectos indesejados da história do partido, como derrotas, crises etc.**, favorecendo-se, nessa empreitada, do fato de que muitas vezes a documentação utilizada como fonte encontrava-se sob controle do próprio.

Com o racha da II Internacional e a criação da Internacional Comunista, continua Haupt, intensificou-se ainda mais o utilitarismo dessas histórias oficiais, que se tornaram instrumento de legitimação em uma batalha por hegemonia política. Esse quadro se agravou com a emergência do stalinismo, com seu modelo de centralismo sem espaço para divergências internas e sua obsessão em controlar aquilo que se escreve sobre o passado.

Ao se debruçar sobre a questão e, partindo de um ponto de vista hoje minoritário – de que a história operária não deve abandonar seu papel militante –, tal historiador critica, *justamente por isso*, tal caráter apologético da abordagem tradicional da história operária, pois este **impediria um balanço sério dos acertos e erros do passado**. Apontando o social-democrata alemão, e conhecido biógrafo de Marx, Franz Mehring, como uma referência de como se fazer uma boa história operária, Haupt (p. 217) afirma que “Ele concebe ao mesmo tempo o objeto da história e sua utilização como uma **reflexão crítica sobre a práxis que é o passado**”.

Assim, para Haupt (p. 217), o modo de se fazer história operária deveria ser “engajado e crítico porque se quer militante e não piedoso exercício de hagiografia destinado a perpetuar as convenções admitidas”. Portanto, o compromisso com a verdade (“interpretar o mundo”) deveria ser ainda mais forte, uma vez adotada uma perspectiva militante (“transformá-lo”). Pois, mais do que um compromisso ético, existe a necessidade prática de não falsificar o passado caso se deseje contribuir para futuras vitórias da classe proletária, incluindo aí balanços necessários dos erros e derrotas para que sejam evitados no futuro.

Ainda outra característica que marcava fortemente a história “tradicional” era seu **caráter institucional** – não de todo separado das suas tendências “justificadoras”. Tal historiografia igualava a história da classe trabalhadora à de seu

movimento político e este a seus **partidos/organizações** em particular. Frequentemente, também igualava os **círculos dirigentes** desses partidos e organizações ao grupo como um todo, elevando ainda mais o grau de reducionismo, ao negligenciar não só os trabalhadores não organizados politicamente e grupos rivais, como as próprias bases do partido ou organização, suas divergências internas, dissidências etc. (cf. Haupt, 1985, p. 2010 e Hobsbawm, 2000, p. 17).

E para além dessas duas características negativas que marcaram profundamente as primeiras narrativas acerca das organizações políticas proletárias, sua função justificadora e seu foco institucional, Sílvia Peterson (1997, p. 68) ainda chama atenção para mais algumas, em grande parte delas derivadas, tais como a persistência de um caráter polêmico em seu estilo de escrita, o foco no registro de “feitos heroicos” e a negligência do contexto econômico-social no qual se situavam as organizações estudadas.

Esse quadro só veio a se alterar consideravelmente por volta das **décadas de 1960-70**, fruto tanto de mudanças no meio acadêmico, quanto na arena política. A saber, a emergência, respectivamente, da **História Social** e da chamada **New Left** – ambas muito ligadas à disseminação de um espírito contestador frente às organizações e orientações políticas que até então detinham influência de massa (a social-democracia e o stalinismo). Espírito esse que fez com que muitos não mais vissem as formas partido e sindicato – igualadas a engessamento e burocratismo – como centrais para a mobilização política.

Segundo Hobsbawm (2000, p. 20), por si só, a paulatina “profissionalização” da história do movimento operário já teria levado a diversas mudanças na forma como essa história era escrita. Pois, afirma ele, a produção a partir da universidade demanda a adoção de uma série de rigores metodológicos antes ausentes na historiografia “tradicional”, tais como a utilização de uma bibliografia mais vasta, a submissão à crítica dos pares e maiores cuidados no trato dispensado ao uso das fontes.

Mais uma vez há elementos de verdade nessa análise, mas não se pode perder de vista que a produção de historiadores “profissionais” também é permeada por uma série de peculiaridades de efeitos negativos e que o estatuto de produção universitária não é nenhuma garantia de qualidade superior. Nesse sentido, é possível afirmar que Hobsbawm (diferentemente de Haupt, que valoriza a “boa” produção militante) vê no estatuto “universitário” do saber certa salvaguarda em relação à qualidade deste – o que está longe de ser verdade, conforme se verá em relação à Nova História Política.

Mais importante do que esse suposto maior rigor metodológico do qual fala Hobsbawm, também se somaram mudanças de caráter teórico à forma como

passou a ser escrita a história do movimento operário. Tais mudanças foram inicialmente realizadas, especialmente, por historiadores originalmente associados ao Partido Comunista Inglês, via o *Communist Party Historians Group* – dentre os quais se destacaram nomes como o do próprio Hobsbawm e também o de Edward Thompson. Influenciados pelos novos ventos políticos, estes historiadores propagaram a perspectiva de uma *história vista de baixo* – isto é, que não tivesse como foco a parcela organizada e militante dos trabalhadores, suas instituições formais e suas lideranças, mas, ao invés, o trabalhador “anônimo”, aquele frequentemente não sindicalizado e distante do movimento operário, visando compreender suas condições de vida, as relações de trabalho nas quais se insere e mesmo seu “cotidiano”.

Essa sua perspectiva fluía, em grande parte, do fato de serem movidos por uma compreensão mais sofisticada do marxismo, resgatando a capacidade de se analisar componentes da realidade ligados ao *âmbito subjetivo – tais como a consciência, a cultura e a experiência*. Perspectiva, portanto, muito distinta do economicismo dos manuais stalinistas, que reduziam o marxismo a uma vulgata superficial e teleológica, na qual a “base econômica” determinava mecanicamente a “superestrutura”, deixando pouco espaço para a agência dos indivíduos. Suas contribuições marcaram profundamente a chamada “História Social”, que se consolidou a partir de então enquanto perspectiva teórico-metodológica, não obstante o termo contemplar uma gama de abordagens variadas (cf. Hobsbawm, 2011, pp. 83-84).

Deve-se salientar, ainda, como outra característica importante dessa nova historiografia do movimento operário, baseada na História Social e na perspectiva de uma “história vista de baixo”, o apreço pela *interdisciplinaridade*, através do diálogo com outros campos das ciências sociais. Diálogo esse que permitiu a adoção de uma série de novas abordagens, incorporadas, como indica Marcel van der Linden (1993, p. 1), pelo *intercâmbio com disciplinas tais como a história das mulheres, a história cultural, a história das mentalidades e a história urbana, além da adoção de insights advindos da sociologia e da antropologia*.

Nas últimas décadas, não foram poucos os historiadores do movimento operário que escreveram sobre tais mudanças na forma de se narrar a história desse objeto. Realizando um balanço semelhante ao de Hobsbawm, Batalha (2001, p. 153) afirma que “A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado”: a partir desse momento, entraram em cena “as condições de existência diária, o cotidiano operário”, surgindo novos temas de estudos ou ganhando maior importância determinados temas que antes eram tratados de maneira secundária.

Por sua vez, Leon Fink (2012, p. 16) afirma que “os Novos Historiadores do Trabalho inseriram no núcleo temático mais político-institucional dos seus predecessores um interesse mais amplo e mais humanístico no povo trabalhador,

em suas comunidades e sua cultura (e por fim ‘identidades’). E, segundo Van der Linden (2009, [s. p.]), essa nova história ainda foi marcada pela incorporação de novos temas, tais como “relações de gênero, etnia, raça e idade [...] estruturas domésticas, sexualidade e políticas informais”. Com essas mudanças de perspectivas, ressalta por sua vez Batalha (2001, p. 153), também novas fontes passaram a figurar nesses estudos, somando-se às já tradicionais, tais como a imprensa operária e as fontes impressas em geral (panfletos, cartas etc.), os mais variados tipos de fontes orais (entrevistas, discursos) e ainda documentação judicial e policial.

Operou-se, assim, um corte significativo na história do movimento operário, que se “profissionalizou” e se tornou história não mais exclusivamente da parcela organizada do proletariado, mas uma história da classe em suas diversas facetas –passando a ser frequentemente nomeada, a partir de então, de **História do Trabalho, ou Nova História do Trabalho**, como forma de marcar sua diferença em relação às origens desse campo de estudos.

Com o tempo, as obras produzidas por historiadores profissionais identificadas com as perspectivas da História Social – em muitos casos dotadas de maior rigor metodológico e, principalmente, de maior sofisticação analítica – passaram a suplantarem em número e visibilidade aquela produção de caráter “justificador”, que era adotada pelas respectivas organizações como uma “história oficial”. Mas cabe ressaltar que a presença de militantes entre esses historiadores “profissionais” não era pequena. Todavia, os fatores supracitados, além de uma certa independência destes em relação a suas respectivas organizações, uma vez que estavam a construir carreiras, levaram muitas vezes a uma produção mais plural e mais sofisticada do que a anterior às décadas de 1960-70.

Todavia, não obstante as enormes possibilidades abertas pelas novas perspectivas que ganharam forma ao longo das décadas de 1960-70 e do verdadeiro *boom* de pesquisas então desenvolvidas a partir delas, essa nova História do Trabalho mal havia se consolidado enquanto área especializada dentro do ambiente universitário quando enfrentou uma grande crise. Nas últimas décadas do século XX, a conjuntura política mundial foi fortemente marcada por uma **ofensiva conservadora**, que afetou tanto o objeto (movimento e classe operária), quanto sua historiografia.

Os movimentos dos trabalhadores enfrentaram derrotas icônicas e fragorosas, tais como o violento aborto da experiência chilena e sua almejada “terceira via” ao socialismo e o ascenso ao governo dos EUA e da Inglaterra de agendas ultraconservadoras, expressas pelas gestões de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Ao fim da década de 1980, esse giro internacional à direita culminou ainda na vitória das contrarrevoluções que restauraram o capitalismo na URSS, no Les-

te Europeu e na Alemanha Oriental e que produziu uma potente onda de pessimismo e resignação em âmbito internacional.

Todos esses fatores somados auxiliaram a desarticular as resistências proletárias aos ataques que vinham sendo sistematicamente desferidos há uma década contra seus direitos, padrões de vida e organizações políticas, coroando assim a vitória da reação conservadora, que à época da década de 1990 alguns erroneamente enxergaram / comemoraram como definitiva. Cenário que, em parte, só se tornou possível, segundo a avaliação da historiadora Virginia Fontes (2010, pp. 176-191), pela incapacidade dos movimentos antissistêmicos que surgiram a partir dos anos 1960-70 de se articularem em esfera internacional ou mesmo nacional (tendo em vista, nesse âmbito, a fragmentação das “novas” pautas contra formas de opressões extraeconômicas). Ao passo em que as classes dominantes cada vez mais encontraram meios de fazê-lo, assegurando, assim, sua perpetuação no topo da hierarquia social através de pesados investimentos na construção de sua hegemonia.

A essa conjuntura, que colocou em xeque a relevância dos movimentos e organizações proletárias, somaram-se ainda **teses sobre a suposta desindustrialização do capitalismo**, as quais levaram muitos a questionarem a própria validade da classe trabalhadora como um fator social ainda relevante, fazendo com que a Nova História do Trabalho enfrentasse, na avaliação de Batalha (2001, pp. 153-154), uma verdadeira “crise de identidade”. Assim, como conclui Linden (1993, p. 1), uma área que então já se encontrava bastante fragmentada pela expansão de seus objetos de interesse viu-se gravemente afetada pelo descrédito daquele que seria o ponto de unidade entre esses diferentes novos objetos enfocados.

Foi com muito esforço que essa área de estudos sobreviveu à crise das décadas de 1970-80. Com o novo século, **mudanças na correlação de forças políticas mundiais** – expressas, por exemplo, no movimento antiglobalização, no ascenso de lutas populares na América Latina etc. –, novas propostas de atualização e expansão da área, bem como uma relativização das ideias de “fim do proletariado” ou “fim da industrialização”, contribuíram para seu retorno e uma progressiva consolidação da mesma.

Para Fink (2012, pp. 17-20), o principal fator que permitiu a recuperação da História do Trabalho após essa crise foi a **“partida às fronteiras”**, isto é, a exploração de **métodos e objetos novos** ou até então pouco abordados. Dessa forma, buscou-se, dentre outras mudanças, trabalhar com um horizonte geográfico transnacional; abordar formas de trabalho que fugiam ao que se considerava padrão, tal como o trabalho feminino doméstico e outras formas diversas de mão

de obra não assalariada; abordar trabalho assalariado e escravo de forma não dicotômica, atendendo para as interações e interseções entre ambos ao longo da história; e estudar a realidade mais ampla em que se inserem os trabalhadores, repensando as relações entre estrutura e agência.

Indo por caminho semelhante, Van der Linden (2009, [s. p.]) propôs a transformação da Nova História do Trabalho em uma *História Global do Trabalho*. Isso significaria superar alguns problemas que ainda se faziam presentes na renovação pela qual o campo passou nas décadas de 1960-70. Tais problemas seriam, principalmente, o que este nomeia de “nacionalismo metodológico”, um procedimento que “funde sociedade e Estado e, conseqüentemente, considera os diferentes estados nacionais como espécies de ‘mônadas leibnizianas’ para a pesquisa histórica”. Característica à qual ainda se somaria um “eurocentrismo”, que toma por parâmetro de desenvolvimento as sociedades do Atlântico Norte, construindo hierarquias entre sociedades “avançadas” e “atrasadas”, como se as últimas refletissem estágios mais primitivos das primeiras e estivessem fadadas a repetir seus rumos.

Como alternativa a essas reminiscências da “Velha História do Trabalho” em meio às contribuições da “Nova”, tal historiador defende uma “História Global” focada em temas transnacionais / transcontinentais. Propõe ainda que, sem que se estabeleçam limites temporais, englobem-se formas diversas de trabalho para além do assalariado, como trabalho não-livre e não-remunerado; organizações não formais da classe; e, ainda, o “outro lado” das relações de trabalho (empregadores, autoridades públicas) e seus “complementos” (família).

Advogando um caminho semelhante, Batalha (2006, pp. 96-98), ao defender a importância de se realizar estudos comparados como forma de “distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno”, reivindica a realização de uma “história transnacional”, bem como outros métodos comparativos. Métodos esses como o que chama de “história cruzada”, destinada a estudar fenômenos semelhantes ocorridos em contextos distintos, e de “história de transferência”, destinada ao estudo de fenômenos culturais que se deslocam geograficamente.

Dessa forma, abraçando novos horizontes, aprofundando a renovação metodológica iniciada nas décadas de 1960-70 e revendo certos pressupostos que punham em xeque a relevância contemporânea da classe trabalhadora, a História do Trabalho sobreviveu à crise na qual entrara ao fim do século XX e tem galgado progressivo reconhecimento.

Atestado disso, por exemplo, é a vitalidade, no Brasil, do GT Mundos do Trabalho da ANPUH (Associação Nacional de História), o qual tem promovido

um periódico homônimo que já dura cerca de oito anos, além de se fazer presente nos encontros nacionais e diversos encontros regionais da Associação, não raro, com mais de um Simpósio Temático. Da mesma forma, internacionalmente são numerosos os periódicos, grupos e institutos de pesquisa associados à perspectiva da História do Trabalho – incluindo iniciativas que buscam concretizar a ideia de uma História Global conforme proposta por Van der Linden e outros.

Todavia, no que tange ao estudo especializado dos partidos políticos de orientação proletária, o quadro está longe de ser positivo. Apesar dos muitos avisos proferidos por historiadores simpáticos às mudanças pelas quais passou a história do movimento operário, sobre não descartar aquilo que se passou a considerar como objetos “tradicionais” (os partidos e demais organizações similares), estes, em grande parte, na realidade o foram, diante do novo foco no trabalhador “comum”, seu cotidiano e a dimensão subjetiva do mesmo.

Para se fazer um paralelo direto com a situação da História do Trabalho no Brasil, pode-se apontar, como sintoma desse desaparecimento dos objetos “tradicionais”, o sumiço do GT História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da ANPUH, que havia se originado na Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) em meados da década de 1980. Já o GT da ANPUH Nacional que hoje se dedica aos estudos dos partidos é focado exclusivamente naqueles identificados como pertencentes à direita, ao passo que na Anpocs existe hoje um GT de caráter muito mais abrangente, dedicado a “Partidos e sistemas partidários” e cujo foco é, sobretudo, o universo parlamentar e eleitoral.

Portanto, de objetos antes estudados sobretudo pelos seus próprios militantes e simpatizantes, tanto fora como dentro das universidades, ao longo do processo de renovação, crise e resgate / expansão que transformou a história do movimento operário em História do Trabalho, os partidos políticos passaram a receber maior atenção por parte de historiadores profissionais e posteriormente foram paulatinamente secundarizados e escamoteados para fora dessa área de estudos. Assim, os estudos dos partidos da classe trabalhadora e demais organizações identificadas como “de esquerda” foram, em grande parte, desassociados dos estudos acerca do chamado “mundo do trabalho”, o que implica sérios limites frente às possibilidades que se apresentariam caso estivessem sendo abordados pelos institutos e grupos de pesquisa dedicados à História do Trabalho e identificados com parâmetros críticos, como certos aspectos das vertentes mais progressistas da História Social.

Não que tenham cessado de existir estudos acerca de partidos de orientação proletária e/ou antissistêmica que sejam realizados por historiadores baseados em perspectivas críticas ou mesmo em pressupostos materialistas e dialéticos. Esses ainda existem e, frequentemente, apresentam grande qualidade. Exemplo disso no cenário brasileiro são alguns dos dossiês dedicados a tais objetos publi-

cados pelos *Cadernos AEL* entre 1995 e 2005; aquele publicado pela *Revista História e Luta de Classes* em 2008; dois dos volumes da coletânea *História do Marxismo no Brasil*, publicada pela editora da Unicamp entre 1991 e 2007; além, é claro, de certo número considerável de monografias, dissertações, teses e artigos dedicadas à história de diferentes grupos – número que parece estar crescendo bastante ultimamente.

E também não cessaram de existir espaços institucionais para a realização de pesquisas desse tipo (ainda que reduzidos e relativamente isolados), conforme atesta a existência do Grupo de História dos Partidos e Movimentos de Esquerda da Bahia (associado à Universidade Federal da Bahia) e do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU – associado à Universidade Estadual de Feira de Santana).

Todavia, é raro encontrar artigos focados em tal objeto em publicações mais diretamente vinculadas à História do Trabalho – e, no geral, reflexões *metodológicas* acerca de como estudá-los são quase inexistentes atualmente, mesmo entre os que resistem e continuam a escrever sua história. Em termos de estudos especializados e sistemáticos, estes são atualmente um objeto quase que exclusivo da chamada “Nova História Política”, cujos estudos, representando o reverso dos primórdios da história dos partidos e organizações de orientação proletária, frequentemente professam uma *hostilidade* mais ou menos aberta a seu objeto e, não raro, os desassocia da realidade na qual estão inseridos, sendo marcados por uma *abordagem subjetivista* que pouco contribui para se conhecer as propostas políticas e a atuação prática desses partidos e organizações.

Assim, se, por um lado, é positivo que estudos de partidos e movimentos de esquerda venham atravessando um renascimento recente, se comparado ao cenário da virada do século, por outro, deve-se ressaltar, conforme observou o historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior (2014, p. 120), que “nem todas as abordagens metodológicas são possíveis quando se pretende lidar com um tema de características essencialmente políticas e sociais como um partido”. Dessa forma, para que se possa separar o joio do trigo, cabe uma análise crítica dos fundamentos hoje hegemônicos por detrás de muitos dos trabalhos realizados.

A ofensiva (neo)liberal e a Nova História Política: culturalismo, anticomunismo e revisionismo historiográfico

Para que se possa compreender devidamente os pressupostos da Nova História Política e a forma como seus adeptos têm escrito a história de partidos, particularmente os de orientação proletária e/ou antissistêmica, é necessário que se tenha em mente que a ofensiva neoliberal do fim do século XX não atingiu apenas a História do Trabalho, mas produziu um pensamento hegemônico sobre os estudos históricos e sociais, estando na base de muitos dos paradigmas que passaram então a predominar.

Do ponto de vista teórico, o principal fruto da **ofensiva conservadora**, que cresceu a partir de meados da década de 1970 e angariou enorme força nos anos '80, foi o chamado **paradigma pós-moderno**, o qual adquiriu grande popularidade por certo tempo (cf. Wood, 1997). Conforme argumenta o historiador Marcelo Badaró Mattos (2014, p. 70), ao tratar da produção historiográfica brasileira atual, pode-se afirmar que a maneira pela qual tal paradigma se enraizou na área de História foi através da **elevação da esfera cultural à instância de um fator determinante da vida humana**, frequentemente visto como dotado de autonomia total em relação às demais esferas. Perspectiva que tem sido criticamente nomeada de **culturalismo**.

Apesar da “marca de nascença” pós-moderna da mesma, é importante ressaltar, como faz o politólogo Álvaro Bianchi (2015), que as correntes de pensamento culturalistas não são exatamente pós-modernas, pois não negam a possibilidade de se produzir metanarrativas históricas – isto é, ir além da mera descrição empírica. Sua especificidade, em termos do debate acerca da cognoscibilidade do real, reside no fato de considerarem “que existe no mundo da cultura um permanente conflito entre diferentes narrativas e que só é possível uma compreensão adequada do real quando essas diferentes narrativas são reveladas” – o que frequentemente leva seus adeptos a uma **postura relativista**.

E conforme analisa a historiadora Emília Viotti da Costa (1994), o crescimento dessa perspectiva culturalista pode ser compreendido ainda como fruto da **reação a certo marxismo vulgar**, que reduzia os fenômenos subjetivos a meros reflexos mecânicos das relações sociais de produção. Essa reação, entretanto, ao invés corrigir tal reducionismo determinista a partir de uma abordagem mais sofisticada da esfera subjetiva, acabou por simplesmente inverter os polos, descambando para um “total subjetivismo” de matriz idealista. No campo da História do Trabalho, isso levou a que os historiadores não só dessem mais importância à esfera do político que à do econômico, mas que vissem a mesma a partir de uma perspectiva “cultural” (isto é, subjetivista).

Conforme avalia tal historiadora, estabeleceu-se, assim, uma falsa dicotomia entre **estrutura e experiência**, quando o caminho a se seguir teria sido buscar uma síntese entre ambos. Mas cabe ressaltar, conforme fazem Sena Júnior (2004) e Mattos (2014, pp. 79-82), que no seio da tradição marxista nunca deixaram de existir diversas abordagens sofisticadas do âmbito subjetivo, a despeito da maior visibilidade e o caráter quase “oficial” adquirido pela vulgata stalinista.

Uma das marcas maiores dessa abordagem subjetivista/culturalista da esfera do político é o uso, por parte de seus adeptos, da problemática noção de **cultura política**. Todavia, conforme ressalta o historiador Ronald Formisano (2001), em um extenso levantamento feito acerca do uso do termo entre historiadores e politólogos norte-americanos entre 1960-2000, a mesma é **desprovida de conteúdo claro**, sendo frequentemente utilizada como um **conceito curinga** para

explicar praticamente qualquer coisa (para a qual não se tenha explicações mais precisas). Ademais, aponta, as problematizações realizadas no âmbito da Ciência Política, através das quais se discutiu intensamente se essa noção seria ou não um fator determinante da ação individual, foram, em geral, ignoradas pelos historiadores que dela fazem farto uso.

Não obstante essa falta de precisão quase que proposital, o historiador Ciro Flamarion Cardoso (2012, p. 52) ressalta que os historiadores que fazem uso da noção de “cultura política”, em geral, tomam-na como condicionante principal dos atos e comportamentos individuais. Para muitos deles, ela expressar-se-ia através de “sistemas de representações”, os quais seriam dotados de uma **autonomia** quase total em relação a outros fatores constituintes da realidade social – e que são muitas vezes a eles contrapostos de maneira simplistamente dualista.

Assim, conforme ressalta Mattos (2014, p. 85), os adeptos dessa noção negam a existência de interesses objetivos e de classes sociais, preferindo antes se pautarem por “discursos”, “imaginários”, “ritos” etc. que constituiriam, no máximo, grupos difusos de indivíduos. E, segundo a crítica das historiadoras Sônia Mendonça e Virginia Fontes (2012, pp. 56-60), os mesmos ainda secundarizam o papel do Estado e dos grupos dominantes na construção e perpetuação de mecanismos de poder e dominação, em prol de um foco de matriz foucaultiana nos “micropoderes” – visando, com isso, “evitarem considerações clássicas sobre o poder e quem o exerce ou, em outras palavras, quem obtém o que, por que e como”.

Ademais, Mattos (2014, pp. 84-86) também chama atenção para o fato de seu uso ser constantemente marcado por uma **dimensão unificadora e por uma secundarização de conflitos** – seja no caso de abordagens essencialistas, que tomam “nação” e “povo” como entidades unitárias, cuja “cultura política” constituiria seu **ethos** (como em René Remond), seja no caso de abordagens mais plurais, que falam em uma **multiplicidade** de “culturas políticas” (como em Jean-François Sirinelli e Serge Berstein).

A mudança paradigmática que permitiu que esse tipo de abordagem subjetivista galgasse peso cada vez maior também foi acompanhada por uma grande **hostilidade, no meio acadêmico, a projetos antissistêmicos e à própria ideia de ruptura revolucionária** – o que indica que, mais do que uma “moda acadêmica”, essa perspectiva culturalista é parte integrante de projetos cujo fim último é a manutenção do *status quo* social, tendo se consolidado justamente em uma conjuntura política que foi altamente favorável aos mesmos. Essa ligação chega a ser explícita no caso de tentativas de construção de um consenso conservador a partir do financiamento e promoção, por parte de fundações privadas, de ideias como as de “fim da história” (Francis Fukuyama) e, posteriormente, de “choque de civilizações” (Samuel Huntington), cujo fim último era sustentar que contradições de ordem econômico-social não mais seriam capazes de mover a História

e, portanto, deveriam ser descartadas enquanto fatores explicativos (cf. Fontana, 1998, pp. 17-22).

Tais ideias condensam-se naquilo que Enzo Traverso (2009, p. 139) chamou de “anticomunismo elevado ao status de um paradigma histórico” – fator que constitui um importante ponto de unidade, explícito ou não, entre aqueles identificados com perspectivas culturalistas, sendo visível na forma mais ou menos hostil como muitos destes abordam a história dos partidos e organizações de orientação proletária. Esse paradigma *anticomunista* – hostil ao projeto comunista em particular e a projetos antissistêmicos em geral, não se limitando a uma hostilidade apenas a Partidos Comunistas – baseia-se em apologias mais ou menos veladas à ordem democrático-burguesa e em uma condenação a projetos alternativos a ela, transmitindo a mensagem de que rupturas antissistêmicas são perigosas – pois supostamente estaria demonstrado pela História que elas inevitavelmente levam a “totalitarismos” que massacram os indivíduos e sua liberdade em prol de uma ideia considerada maior.

Para sustentar essas ideias, diversos historiadores têm se dedicado desde meados da década de 1970 a empreitadas *revisionistas*, através das quais realizam releituras apologéticas de diferentes temas, principalmente a história das Revoluções Francesa e Russa, as quais – a despeito de serem veementemente condenadas por especialistas – alcançam grande popularidade e visibilidade no meio acadêmico (cf. Melo, 2014). Na síntese precisa do historiador Josep Fontana (20014, p. 358), “em termos gerais, o objetivo essencial [do revisionismo liberal] era negar a revolução em si como fenômeno com consequências de transformação social [...] e apresentá-la como a origem de todas as aberrações políticas do século XX, especialmente da revolução soviética e do triunfo do bolchevismo”.

Todas essas características – *culturalismo, anticomunismo, revisionismo historiográfico* – podem ser facilmente detectadas nos pressupostos básicos que compõem a Nova História Política, e é baseado nesse arcabouço que hoje tem se realizado a maior parte dos estudos acerca de partidos políticos. Portanto, pode-se ver que a “profissionalização” das narrativas históricas, diferentemente do que argumentam alguns pioneiros da História do Trabalho ao se contraporem à “tradicional” história do movimento operário (como Hobsbawm), não é nenhuma salvaguarda contra características prejudiciais à produção de conhecimento, a qual é sempre perpassada (explícita ou implicitamente) por disputas de hegemonia em torno de projetos políticos.

O estudo dos partidos sob a Nova História Política

Para se demonstrar a presença dos elementos supracitados na produção da Nova História Política, pode-se recorrer à conhecida coletânea organizada em 1988 por René Remond, *Por uma história política* – a qual é tida quase como um

manifesto dessa “escola” histórica. Para os estudos acerca de partidos políticos, é de particular interesse o texto do historiador **Serge Berstein** (2003) nela contido, destinado a debater como se deve abordá-los do ponto de vista teórico-metodológico – o tipo de reflexão que, como já se ressaltou, é bastante escassa atualmente. E tal texto não é mero exemplo casual. Apontado por Mattos (2014, p. 85) como um dos principais referenciais teóricos dos historiadores culturalistas brasileiros, Berstein não só é uma figura de destaque da Nova História Política, como um dos principais historiadores com ela identificados que têm os partidos políticos por principal objeto de estudo.

Importando boa parte do seu arcabouço teórico da **Ciência Política norte-americana**, muito focada nos **estudos de comportamentos eleitorais e na política parlamentar**, Berstein realiza um balanço crítico da abordagem então predominante acerca da história dos partidos na França, isto é, a negligência em relação aos aspectos subjetivos e o foco quase que exclusivo em organizações de esquerda. Em contraste com esse tipo de abordagem, reivindica como modelo o estudo de René Remond acerca da direita francesa, datado de 1954, bem como as reflexões (segundo ele “inovadoras”) que politólogos haviam realizado no sentido de se repensar a “natureza” e “função” dos partidos, passando a entendê-los enquanto **o “lugar da mediação política”** (pp. 57-60).

Endossando tal definição, Berstein reduz a política ao que chama de **“esfera do discurso e das representações especulativas”** e afirma que o papel principal de um partido político moderno é o de **“traduzir” determinadas aspirações de uma época no âmbito do discurso e na forma de soluções para determinados problemas que acometem a sociedade** (pp. 60-61 e 66-68). Berstein prossegue afirmando que, para perdurar, um partido “torna-se depositário de uma **cultura política**”, **a qual funciona como o principal meio de unificar seus membros**, tendo em vista que nem sempre todos os membros e simpatizantes possuem domínio do que ele chama de “base doutrinária da ideologia” que constitui o partido. Para ele, essa “cultura política” seria reproduzida através de um “sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma família política”, referências as quais se expressariam na forma de “ritos” (pp. 69 e 88-89).

É inegável a importância de estudar esse tipo de aspectos subjetivos que perpassam a existência de um partido político, tais como a forma como seus membros entendem e reproduzem as propostas do mesmo, ou como eles próprios se veem em relação ao restante da sociedade. E, em geral, o que Berstein alega ser sua proposta central – estudar um partido com vistas ao que ele e seus membros podem revelar acerca de uma época e sociedade – abre grandes possibilidades para os estudos históricos, aproximando-se, em muitos aspectos, das aspirações da História Social.

Entretanto, a forma como ele propõe que se analisem essas questões é profundamente marcada por uma concepção não só idealista e subjetivista da

realidade, como por vezes apologética da ordem democrático-burguesa e, também, anticomunista. Tais características são visíveis, por exemplo, no fato de ele não falar em classes sociais, mas em “grupos” identitários difusos; de entender o campo do político como puramente subjetivo, secundarizando ou mesmo negligenciando determinações materiais; de secundarizar a importância de se estudar o arcabouço programático dos partidos e como eles o implementam na prática, privilegiando, ao invés, a análise de sua “cultura política”; de tender a naturalizar a noção de “nação” enquanto uma unidade, neutralizando conflitos e divisões internas – como quando diz que partidos necessitam “de um projeto global que possa servir a nação em seu conjunto”, o que ainda exclui experiências partidárias internacionalistas (pp. 63-64).

Ademais, ao buscar uma definição de “partido político moderno”, Berstein naturaliza a democracia parlamentar burguesa e as eleições como as principais expressões da política, relegando a segundo plano os partidos não parlamentares e mesmo antissistêmicos (pp. 69 e 92). Consequentemente, descarta dessa sua definição aqueles partidos que considera serem “intransigentes” – isto é, incapazes de realizarem “compromissos” com outros partidos, bem como de elaborarem projetos para que cheguem ao poder (pela via eleitoral, é claro). No caso daqueles que ele considera serem baseados em “doutrinas filosóficas” / “sistema[s] ideológico[s] fechado[s]” – isto é, os que possuem projetos antissistêmicos e rejeitam a política dos “compromissos” nos marcos da preservação do capitalismo –, Berstein os caracteriza como “totalitários”, afirmando terem por foco “forçar toda a sociedade a se adaptar ao modelo” por eles defendido (pp. 63, 77 e 86-87).

Comparando-os a igrejas, Berstein condena esse tipo de partido (revolucionário), em prol de grupos dispostos a alianças e negociações e que não busquem ultrapassar os limites estreitos da sociedade burguesa. Sendo que essa comparação com a religião e as igrejas, cabe ressaltar, é recorrente entre os adeptos da Nova História Política, que, não raro, recorrem à antropologia da religião para interpretar a atividade política do militante a partir de uma chave comparativa com o devoto religioso (cf. Sena Júnior, 2014, pp. 101-102).

Alguns exemplos práticos dessa abordagem

Passando do âmbito da reflexão metodológica para o dos estudos empíricos, pode-se usar como exemplo a produção do historiador **Bruno Groppo**, o qual segue caminhos muito semelhantes aos propostos por Berstein, mas com o diferencial de ser mais explicitamente anticomunista e não ter nenhum pudor em falsificar a história para sustentar seus pontos de vista. Afirmando preferir analisar a história dos Partidos Comunistas e da Revolução Russa sob o prisma do “funcionamento dos imaginários políticos” (Groppo, 2008, p. 125), tal historiador

defende posições inteiramente revisionistas em relação à história soviética e da Revolução Russa, revivendo, sob um manto culturalista, a velha tese que afirma existir uma continuidade ininterrupta entre bolchevismo e stalinismo e que estas seriam tradições políticas essencialmente autoritárias (para uma crítica desse aspecto em particular, ver Monteiro, 2015).

Defendendo a tese, há muito refutada, de que a Revolução de Outubro teria sido “essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força”, Groppo (p. 117) encara que o Comunismo só pôde se consolidar internacionalmente pela preponderância de uma “dimensão simbólica e mítica”, que distorcia a “realidade do evento” e mobilizava, assim, a militância comunista internacional. Dessa forma, para ele, a única explicação possível para a adesão ao comunismo seria o fato deste se basear em um “mito”, que teria originado uma “religião política” (p. 121).

Assim, as contradições sociais que afetam praticamente todas as dimensões da vida dos trabalhadores sob o capitalismo pouco importam para compreender como tal corrente política (seja sob a forma degenerada do stalinismo ou não) pôde ganhar tamanha adesão ao longo do século XX. Afinal, para Groppo (p. 126), “Não era o conhecimento da realidade soviética que alimentava o Ocidente, mas, ao contrário, a maneira como essa realidade era **imaginada e representada** fora da Rússia” (ênfase adicionada).

A “realidade” por detrás desse “mito”, segundo a sua análise revisionista, seria a destruição da democracia por conta tanto das “escolhas políticas” dos bolcheviques, quanto pela “tradição de despotismo própria da Rússia” (pp. 120 e 126) – de onde se vê a clara influência da noção essencialista de cultura política, associada à de povo/nação. Dessa forma, falsificando a história, Groppo (p. 121) afirma que a democracia estava vetada aos frutos da Revolução de Outubro, pois os bolcheviques estariam desde o início “absoluta e fanaticamente convencidos de ser [sic] os únicos detentores da verdade” – sendo que, segundo ele, nem mesmo a oposição “trotskista” via como algo que não fosse uma “heresia” a possibilidade do proletariado se exprimir através de outros partidos políticos.

Ambas as afirmações são inteiramente absurdas ante todo o saber já acumulado pelas pesquisas acerca da realidade soviética e da história da corrente comunista. A tese do “fanatismo” e da “sede de poder” dos bolcheviques (forjada pela soviologia pró-imperialista e macarthista da época da Guerra Fria) já foi mais do que refutada (cf. Monteiro, 2015), e os “trotskistas” da Liga Comunista Internacional e da sua sucessora, a Quarta Internacional, advogavam a formação de um partido revolucionário na União Soviética para derrubar o PC stalinista através de uma “revolução política” e reestabelecer a democracia proletária dos primeiros anos pós-1917 – sendo que, nas suas origens como “Oposição de Esquerda”, os “trotskistas” defendiam ampla democracia no partido e reconstrução dos *soviets* (cf. Monteiro, 2016).

Voltando a Groppo, as suas visões sobre o que encara ser o “mito fundador” do comunismo internacional incidem diretamente na maneira como analisa a história dos Partidos Comunistas. Além de expressar um anticomunismo aberto – pois, sua análise supostamente o demonstraria, a ação revolucionária teria como fim necessário o “totalitarismo”, supostamente presente em germe nesses partidos –, ele reduz o leninismo a uma “tecnologia política para a conquista do poder, como inteligência tática, desprovida de escrúpulos” (p. 125). Já o fato de igualar bolchevismo e stalinismo leva-o a pasteurizar a história da Internacional Comunista (Terceira Internacional), tal qual faz em relação à história da Revolução Russa, minimizando as transformações e mudanças ocorridas ao longo dos primeiros anos e apresentando-a enquanto mero órgão externo da URSS quase que desde o seu nascimento (pp. 129-130). Ele reduz, assim, a noção de internacionalismo comunista à forma altamente centralizada e burocratizada que o stalinismo deu a ela ao longo dos anos 1930-40.

Como se pode ver, Groppo acaba por assumir o discurso do próprio stalinismo, legitimando-o enquanto verdadeiro representante da tradição comunista e do bolchevismo, referindo-se ainda às dissidências comunistas (que são mencionadas apenas pontualmente) como “heréticos” – mais uma vez a chave comparativa religiosa, que mais serve para destilar hostilidade do que para explicar alguma coisa. Ao fim e ao cabo, a sua forma de lidar com a história dos Partidos Comunistas não passa de uma forma de conferir ares “científicos” para a condenação de projetos antissistêmicos, uma vez que falsifica o saber histórico acumulado e não apresentada nada relevante de novo.

Dessa forma, assim como em Berstein, vê-se que, por mais que a Nova História Política chegue a levantar algumas questões importantes para a história dos partidos – no caso de Groppo, o questionamento de qual era a noção que tinha o militante comunista comum, de “base”, acerca da Revolução Russa, e qual papel tal noção cumpria em sua adesão ao comunismo –, ela as trata a partir de um viés idealista, que reduz a experiência militante ao âmbito subjetivo e chega mesmo a falsificar a história com vistas a fortalecer um posicionamento político anticomunista e apologético em relação ao liberalismo burguês.

A título de outro exemplo, vale mencionar a produção do historiador Jorge Luiz Ferreira, que em muito se aproxima das teses de Groppo. Analisando sua principal obra, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Sena Júnior (2014, p. 113) aponta que esta tem por foco abordar “a representação que os comunistas faziam do mundo”, “buscando no militante anônimo ou em dirigentes de segunda linha as respostas para as suas questões”.

Conforme o balanço crítico daquele, o que baliza tal análise é o pressuposto de que, por detrás de *slogans* e propostas “laicizadas”, existiria um “mito revolucionário”, que transformaria os militantes em equivalente a religiosos – noção

que leva Ferreira a constantemente traçar paralelos entre a militância comunista e a crença religiosa. Assim, destacando o caráter idealista dessa abordagem, Sena Júnior (pp. 112-113 e 118) aponta o lugar explicativo central que nela ocupa o conceito de “cultura”, ao qual ainda se somam esses paralelos com “religião”, balizados pela apropriação do vocabulário e do nexos analítico utilizados pelo antropólogo das religiões Mircea Eliade.

Dessa forma, Sena Júnior (p. 119) aponta que o procedimento analítico de Ferreira se destina “a confirmar postulados que diziam que os comunistas viviam em um mundo à parte, calcado numa ideia que não tinha muito a dizer do mundo real”. Conclui, assim, que este “não busca as explicações no lugar onde parecem estar, no político e no social, mas substitui estes campos pelo campo das representatividades e da cultura em sentido estrito”.

Ademais, indo além de Ferreira e debruçando-se sobre outros estudos acerca do PC brasileiro, Sena Júnior traça um quadro que pode, sem dificuldades, ser generalizado para os estudos de partidos do proletariado em geral, conforme conduzidos por boa parte dos adeptos da Nova História Política. Ele aponta que muitos entre esses estudos recentes pretenderam “deslocar o foco dos estudos antes situados no plano político e social para o terreno das subjetividades e da condenação moral”, tendo a literatura anticomunista que produziram suplantado, em visibilidade e popularidade, aquela história “oficial” ou “proto-oficial” produzida pelos próprios militantes (pp. 100 e 109).

Alguns comentários finais

Apesar da grande visibilidade que esses autores culturalistas e anticomunistas possuem atualmente, as próprias referências bibliográficas elencadas ao longo da presente análise demonstram que as narrativas revisionistas por eles elaboradas vêm sendo cada vez mais combatidas por defensores de uma perspectiva segundo a qual não há contradição intrínseca entre produção de conhecimento de qualidade e engajamento político. Por isso, rejeitando a ideia de neutralidade, estes reivindicam um marxismo crítico, tanto como instrumento para a análise do passado, quanto como base para a construção de projetos políticos antissistêmicos. Também é animador ver que os estudos acerca de partidos políticos que partam desse marxismo crítico não deixaram de existir, tendo remado contra a maré da ofensiva neoliberal e seus frutos acadêmicos, e produzido importantes trabalhos. Trabalhos esses que aparentam estar aumentando em número atualmente.

Assim, como demonstra a própria prática de tais historiadores, contra a perspectiva extremamente problemática da Nova História Política, faz-se necessário a apropriação daquilo que a História do Trabalho produziu de melhor no seu esforço em superar as limitações da “tradicional” história do movimento

operário, bem como daquilo que ela segue produzindo em esforços de autocrítica, os quais têm levado a uma sofisticação cada vez maior e culminado na produção de uma história decididamente social da classe trabalhadora. Mas deve-se fazer tal apropriação sem cair em certo positivismo presente entre alguns historiadores do trabalho, que contrapõem conhecimento engajado e conhecimento universitário / “profissional”. E sem perder de vista que as concepções subjetivistas também se fazem bastante presentes no campo da História do Trabalho, sendo a produção crítica – em particular a marxista – minoritária no interior do mesmo.

Dessa forma, é necessário não só combater a rejeição, presente nesse campo, aos estudos dos partidos e sindicatos (e demais instituições políticas do proletariado) como se fossem objetos ultrapassados e desimportantes para história (e para o futuro) da classe trabalhadora, mas também filtrar as próprias contribuições teórico-metodológicas nele presentes. Ante a produção crítica que continua a remar tanto contra a maré do subjetivismo, quanto contra a maré do conservadorismo pró-capitalista, coloca-se como tarefa central a unificação desses esforços, no sentido da constituição de grupos de pesquisa e publicações especializadas no tema da história dos partidos de orientação proletária, permitindo, assim, uma reflexão teórico-metodológica conjunta. Iniciativas desse tipo também facilitariam sobremaneira o desenvolvimento de pesquisas coletivas, as quais são essenciais para que se possa abordar as múltiplas dimensões da existência de um partido político, como suas ideias formais, sua prática, as relações entre sua direção e sua base, suas relações com outras organizações e com os trabalhadores não-organizados, etc.

Um esforço como esse certamente teria muito a se beneficiar dos avanços obtidos no campo da História do Trabalho, que, todavia, secundarizou o estudo desse tipo de organização. Aliar um resgate desse objeto de estudo com os avanços teórico-metodológicos produzidos ao longo das últimas décadas é fundamental não só para o estudo sofisticado dos mesmos, mas para o próprio aperfeiçoamento de uma história mais abrangente do proletariado e dos trabalhadores em geral, uma vez que, como corretamente ressaltou Peterson (1997, p. 65), “a história operária é a história da formação de uma classe, história, portanto, de experiências e ações comuns e coletivas. Associações, partidos, greves, formas mais ou menos institucionalizadas do movimento são, pois, elementos constitutivos deste objeto e não podem ser simplesmente descartados pela historiografia.”

Mas apenas esse resgate não basta. A popularidade da Nova História Política dá-se, em parte, por esta atender a uma demanda concreta: a de se abordar os aspectos subjetivos – que, como já foi dito, foram, por muito tempo, ignorados ou tratados de forma mecanicista. Mas a via culturalista e anticomunista está longe de ser apropriada. Contra a falsa dicotomia “experiência *versus* estrutura”, para a qual já alertara Viotti da Costa na virada do século, cabe o resgate daquilo

que há de mais sofisticado no marxismo, de suas correntes críticas que nunca abandonaram a abordagem desses aspectos.

Pode-se apontar como pontos de partida, tal qual fizeram Mattos (2014, pp. 79-82) e Sena Júnior (2004, pp. 39-72), as obras de Antonio Gramsci, centralmente preocupado com a questão da dominação de classe, a qual coloca as noções de *hegemonia* e *consenso* no centro de sua análise (ver também SANTOS, 2010); de membros da Escola Marxista Inglesa, tal como o já mencionado Thompson, que deu grande destaque à *cultura* em sua análise da classe trabalhadora; ou ainda de figuras como Lenin e Trotski, em cuja formulação política o tema da *consciência* e, portanto, do papel do indivíduo e de sua subjetividade na luta política, possuía papel de peso, por vezes até mesmo central.

Certamente é necessário um estudo mais sistematizado das contribuições desses “clássicos” marxistas, rumo à elaboração de apontamentos teórico-metodológicos alternativos. Espera-se poder avançar nesse sentido em um futuro próximo, constituindo o balanço historiográfico crítico aqui apresentado apenas um pontapé inicial.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências.” In: CEZAR, M. F. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 145-158.
- _____. “Os Desafios Atuais da História do Trabalho.”, *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, jan./dez. 2006, p. 87-104.
- BERSTEIN, Serge. “Os partidos.” In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 57-98.
- BIANCHI, Álvaro. A parábola do pós-modernismo. *Blog Convergência*, 10 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://tinyurl.com/mecr9qw>>. Acessado em 07 de janeiro de 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e poder: uma nova história política?” In: ____ & VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 37-54.
- COSTA, Emília Viotti da. “A dialética invertida: 1960-1990”, *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n. 27, 1994, pp. 9-26.
- FINK, Leon. “A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis”, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 16.
- FONTANA, Josep. “As guerras da história”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 358.
- _____. *História depois do fim da História*. Bauru: EDUSC, 1998, pp. 17-22.
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, pp. 176-191.

- FORMISANO, Ronald. "The Concept of Political Culture.", *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, n. 3, Winter 2001, pp. 393-436.
- GROPPO, Bruno. "O Comunismo na História do Século XX.", *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, n. 75, 2008, pp. 115-141. Disponível em <<http://tinyurl.com/qh63h7d>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2013.
- HAUPT, Georges. "Por que a história do movimento operário?", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5 n. 10, março/agosto de 1985, pp. 208-231.
- HOBSBAWM, Eric. Da História Social à História da Sociedade. *In: Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 83-105.
- HOBSBAWM, Eric. "História operária e ideologia." *In: Mundos do Trabalho*. Novos Estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 15-31.
- LINDEN, Marcel van der. "Editorial.", *International Review of Social History*, vol. 38/supplement S1, abril de 1993, pp. 1-3.
- _____. "História do Trabalho: o velho, o novo e o global.", *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho de 2009, [s. p.].
- MATTOS, Marcelo Badaró. "As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea." *In: MELO, Demian Bezerra de (org.). A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp. 67-98.
- MELO, Demian Bezerra de. "Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea." *In: _____ (org.). Op. cit.*, pp. 17-49.
- MENDONÇA, Sônia Regina de & FONTES, Virgínia. "História e teoria política." *In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Op. cit.*, pp. 55-71.
- MONTEIRO, Marcio Lauria. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2016.
- _____. "Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da 'tese da continuidade'", *Revista História e Luta de Classes*, ano 10, n. 19, de março de 2015, pp. 23-29.
- PETERSON, Sílvia Regina F. "Ainda o movimento operário como objeto historiográfico.", *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, pp. 62-78.
- SANTOS, Igor Gomes. "A 'eficiência real': apontamentos de Gramsci para uma história/concepção dos partidos políticos.", *Revista História e Luta de Classes*, ano 6, n. 9, de julho de 2010, pp. 28-32.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias F. de. "A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea.", *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 48, 2004, pp. 39-72.
- _____. "Mito, memória e história: a historiografia anticomunista no Brasil e no mundo." *In: MELO, Demian (org.). Op. cit.*, pp. 97-121.

TRAVERSO, Enzo. "The New Anti-Communism: Rereading the Twentieth Century." *In*: HAYNES, M. & WOLFREYS, J (eds.). *History and Revolution – Refuting Revisionism*. Londres, Nova York: Verso, 2009, pp. 138-155.

WOOD, Ellen Meiksins. "What is the 'Postmodern' Agenda?" *In*: _____ & FOSTER, John Bellamy. *In Defense of History. Marxism and the Postmodern Agenda*. New York: Monthly Review Press, 1997, pp. 1-16.

Artigo recebido em 06 de junho de 2016

Artigo aprovado em 04 de dezembro de 2016